



MUNICÍPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –
Fone/Fax (16) 3395-9100

JUSTIFICATIVAS PARA CELEBRAÇÃO DE

TERMO DE FOMENTO POR INEXIGIBILIDADE DE CHAMADA PÚBLICA

DO MUNICÍPIO DE RINCÃO/SP

Senhor Prefeito:

A Administração Municipal justifica a importância da formalização do termo de fomento com a entidade abaixo indicada, de acordo com a finalidade e valor proposto, bem como em face das justificativas pertinentes para a inexigibilidade, devidamente fundamentadas no artigo 31, inciso II da Lei Federal n. 13.019/2014, a saber:

- 1) **Termo de Fomento nº 12/2020:** Entidade: **APM – Associação de Pais e Mestres da EMEF Maria Ignês Menin Biffi**, com a finalidade de: Desenvolvimento de ações conjuntas de manutenção e apoio das atividades de segurança e comunicação desenvolvidas na Escola em finais de semana, feriados e horário noturno, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) que serão distribuídos no citado exercício em 12 (doze) parcelas mensais sendo: 10 (dez) parcelas fixas de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais) mais 2 (duas) parcelas fixas de R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais) para disponibilidade das ações em favor da municipalidade, justificando-se em razão do Município não contar com estrutura pessoal e funcional em seu âmbito, ficando, assim, o prédio escolar vulnerável a ação de invasores e vândalos. Constituem-se em entidade com sede local, não inspirando qualquer justificativa plausível a estabelecer algum paralelo com outras localizadas em praças que não a local, atendendo, assim o princípio da economicidade. Ainda a propósito da escolha da Entidade, a mesma apresenta excelente estrutura física e pessoal qualificado para o desenvolvimento das atividades, garantindo segurança aos alunos e uma escola bem cuidada e protegida. Acerca do funcionamento da Entidade, nos termos da documentação apresentada constata-se o seu regular funcionamento. Igualmente, cumpre destacar que, os atendimentos dessa ordem devem ser realizados em entidades geograficamente localizadas na comarca, sendo a APM a única existente para tanto na comarca, dispensando-se outros comentários.

Desse modo, a formalização do termo de formalização se mostra indispensável de modo a viabilizar o Termo de Fomento. Trata-se, portanto: (i) de relevante objeto executado por entidade filantrópica e sem fins lucrativos, de utilidade pública; (ii) este tipo de atendimento vem de longa data sendo realizado pela municipalidade; (iii) a Entidade apresenta excelente estrutura física e pessoal qualificado para o desenvolvimento das atividades, garantindo segurança aos alunos e uma escola bem cuidada e protegida; (iv) a municipalidade não dispõe de estrutura funcional,



MUNICÍPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –
Fone/Fax (16) 3395-9100

tampouco de pessoal para atendimento das finalidades, sendo necessário um amplo investimento para o Poder Executivo, caso opte pela execução direta dos referidos serviços.

Também nesse contexto, demonstra-se a economicidade em razão dos gastos a serem realizados, apresentando-se os mesmos altamente satisfatórios se comparados com os custos obtidos mediante confrontação com os preços praticados pela iniciativa privada. Tal ocorrência se mostra contundente na medida em que a entidade beneficiada não possui fins lucrativos e não remunera a sua diretoria, não existindo, portanto, despesas administrativas dessa ordem, ao contrario do que ocorre com a gestão publica em que os valores alcançam um acréscimo na ordem de 10% sobre o valor total do ajuste. Por sua vez, na iniciativa privada, além de todos os custos, busca-se ainda o lucro que em media atinge 15% do investimento.

Em complementação, insta observar que na medida em que tais ações são desenvolvidas por entidade dessa natureza, o Poder Público evitou a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado para satisfazer uma atividade complementar e transitória, que pode ser extinta ou se acabar a qualquer momento.

Constatamos ainda a conformidade com a regulamentação que rege a matéria, tendo tais recursos sido destinados nos limites das disponibilidades financeiras da Prefeitura e visando ações de caráter essencial, de acordo com o preconizado no art. 16 da Lei nº. 4.320/64. Igualmente, fazemos acostar lei municipal autorizadora dos repasses de recursos atendendo-se o disposto no artigo 26 da LRF.

Nesse espectro, considerando as justificativas apresentadas, bem como as condições peculiares de localização da Entidade e respectiva qualificação de serviços, aliada a larga vantagem econômica na formalização do referido ajuste, fica inviabilizada a realização de eventual chamamento, enquadrando-se a matéria ao disposto no artigo 31, inciso II da Lei Federal n. 10.019/2014 quando:

“a parceria decorrer da transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no [inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), observado o disposto no [art. 26 da Lei Complementar nº. 101 de 4 de maio de 2000](#).”

Face à documentação carreada aos presentes autos, e

Considerando que no em questão, verifica-se a viabilidade da dispensa do chamamento aplicando a inexigibilidade com base jurídica citada, tendo em vista tratar-se de subvenção social, nos termos da Lei Municipal nº 2.214/2019 de 30 de



MUNICIPIO DE RINCÃO

Estado de São Paulo

Rua 21 de Novembro, 256 – Centro – Rincão–SP – CEP:14830-000 –
Fone/Fax (16) 3395-9100

Outubro de 2019, que autoriza o repasse de recursos a entidade à título de subvenção social;

Diante do exposto, solicita-se a ratificação da presente inexigibilidade, com a determinação de sua publicação da presente justificativa consoante o disposto no artigo 32, § 1º da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

É o breve parecer técnico que ora alçamos à consideração superior.

Rincão, aos 21 de Janeiro de 2020.

Luiz Fernando de Oliveira Galvão
Presidente

Ana Lúcia Gonçalves Ventura
Membro

Nadir Zaira Belmonte
Membro